

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 92501/2026

Processo nº 31.008.23598/25.50

- **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a aquisição, fornecimento, transporte, plantio e manutenção de mudas arbóreas em áreas públicas do município de Belo Horizonte.
- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO POR LOTE (LOTE ÚNICO)
- **REGIME DE EXECUÇÃO:** Empreitada por preço unitário
- **MODO DE DISPUTA:** aberto e fechado
- **DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** 02/07/2026 às 10:00h (horário de Brasília)
- **SITE PARA CONSULTAS:** www.gov.br/compras e www.pbh.gov.br
- **E-MAIL PARA CONTATO:** glcop@pbh.gov.br

1. DO PREÂMBULO

1.1 O Município de Belo Horizonte, inscrito no CNPJ nº 18.715.383/0001-40, com sede na Av. Afonso Pena, nº 342, Bairro Centro, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente, João Paulo Menna Barreto de Castro Ferreira, ADMINISTRADOR PÚBLICO, doravante denominado MUNICÍPIO, torna público que fará realizar procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, nos termos dos Decretos Municipais nºs 18.096/22 e 18.289/23, da Lei Municipal nº 10.936/16, da Lei Federal nº 14.133/21 e Lei Complementar nº 123/06, observadas ainda as determinações das Leis Federais nº 12.846/13, nº 13.709/18 e demais legislações aplicáveis.



Assinante(s):

JOAO PAULO MENNA BARRETO DE CASTRO FERREIRA

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a aquisição, fornecimento, transporte, plantio e manutenção de mudas arbóreas em áreas públicas do município de Belo Horizonte, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital, Termo de Referência e demais anexos.

2.2. Em caso de discrepância entre as especificações do objeto descritas no Compras.gov.br e as constantes do Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

3. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

3.2. A impugnação ou o pedido de esclarecimento poderão ser enviados para o e-mail **glcop@pbh.gov.br** ou ser entregues diretamente na Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Gerência de Licitações, Contratos e Parcerias, situada na Avenida Afonso Pena nº342, 7º andar, Centro, Belo Horizonte.

3.2.1. O documento enviado deverá conter o nome e CPF quando pessoa física ou razão social e CNPJ quando pessoa jurídica.

3.3. O Agente de Contratação, responderá à impugnação ou ao pedido de esclarecimento no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento dos documentos, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.3.1. Excepcionalmente e devidamente justificado, o prazo para resposta à impugnação e ao pedido de esclarecimento poderá ser prorrogado até o último dia útil anterior à data de abertura do certame, promovendo-se, se for o caso, o adiamento da sessão pública.

3.4. As respostas à impugnação e ao pedido de esclarecimento serão divulgadas diretamente no “site” www.gov.br/compras, no “link” correspondente a este Edital e no “site” da PBH no endereço <https://prefeitura.pbh.gov.br/licitacoes>.



3.5. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Agente de Contratação nos autos do processo de licitação.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste procedimento os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital, anexos e legislação aplicável.

4.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do procedimento os interessados que se enquadrem em quaisquer das situações a seguir:

- a) estejam constituídos sob a forma de consórcio, conforme justificativa para a vedação no Termo de Referência;
- b) estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Município de Belo Horizonte nos termos da Lei n. 8.666/93;
- c) declarados impedidos de licitar e contratar com Entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte;
- d) declarados impedidos de licitar e contratar com o Poder Legislativo do Município de Belo Horizonte;
- e) declarados inidôneos para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;
- f) com falência decretada ou que se encontrem em concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- g) estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo as empresas que comprovarem que o plano de recuperação foi homologado pelo juízo competente;
- h) enquadrados nas vedações previstas nos §§ 1º e 2º do art. 9 e no art. 14, ambos da Lei Federal 14.133/2021, bem como nas do art. 42 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte;
- i) cujo objeto social seja incompatível com o objeto desta licitação;
- j) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- k) empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- l) demais hipóteses proibidas pela legislação vigente.



4.2.1. A observância das vedações do subitem 4.2 é de inteira responsabilidade do licitante que, em caso de descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis;

4.2.2. O Agente de Contratação verificará eventual descumprimento das vedações elencadas acima mediante consulta aos meios legais disponíveis.

5. DO CADASTRAMENTO

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

5.1.1. Informações sobre cadastro de fornecedores poderão ser obtidas no Sistema de Compras do Governo Federal no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>.

5.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Belo Horizonte por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o valor ou o percentual de desconto ofertado, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter



direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.5. O licitante que prestar declaração falsa se sujeita às sanções previstas na lei e neste edital.

6.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após a fase de envio de lances.

6.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto final máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.8.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.8.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.9.1. Valor superior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.9.2. Percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.



6.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. **No campo valor unitário:** valor global da prestação do serviço.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. No(s) valor(es) proposto(s) estará(ão) incluso(s) todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. O(s) valor(es) proposto(s) ou o(s) percentual(is) de desconto(s), tanto na proposta eletrônica inicial, quanto na etapa de lances, será(ão) de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. A apresentação da(s) proposta(s) implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela(s) contida(s), em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus exatos termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA AJUSTADA

8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Agente de Contratação, dar-se-á automaticamente, na data e na hora indicadas neste Edital, no sítio www.gov.br/compras.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.4. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do lote.

8.5. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.7. Durante a sessão pública de lances, o evidente equívoco de digitação pelo licitante que der causa a preço incompatível ou manifestamente inexecutável poderá, motivadamente, ser excluído do sistema pelo Agente de Contratação, no caso de não exclusão pelo licitante nos moldes do item anterior.

8.8. A etapa de lances seguirá pelo modo de disputa aberto e fechado.

8.9. **No modo de disputa “aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá



o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.9.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.9.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.9.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.11. Nas etapas abertas não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.13. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar para o Agente de Contratação no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública poderá ser suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



8.16. Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

8.16.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

8.16.2. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio.

8.16.3. Não será aplicado o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

8.17. Em relação a item(ns)/grupo(s)/lote(s) não exclusivos para participação de beneficiários da Lei Complementar 123/06, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria os beneficiários da Lei Complementar 123/06 participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 16.535/2016.

8.17.1. Nessas condições, as propostas dos beneficiários da Lei Complementar 123/06 que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.17.3. Caso o beneficiário da Lei Complementar 123/06 melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocados os demais licitantes beneficiários da Lei Complementar 123/06 que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



8.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelos beneficiários da Lei Complementar 123/06 que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre eles para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.17.5. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

8.17.6. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

8.17.7. Não será aplicado o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021.

8.18. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.19. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

8.20.1. A negociação poderá ocorrer, entre outras hipóteses, quando a proposta do primeiro colocado não atender ao critério de aceitabilidade relacionado ao preço.

8.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.



8.20.3. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimativo da contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação estabelecida.

8.20.4. Nas hipóteses de desclassificação do então arrematante, será verificada a ocorrência de nova situação de empate, assegurando a preferência de contratação para os beneficiários da Lei Complementar nº 123/2006, procedendo da seguinte forma:

a) convocação para a realização de sessão pública que será previamente agendada via chat de mensagens, até as 17h do dia anterior, e não terá início anterior às 10h do dia útil seguinte, na qual será concedido ao beneficiário mais bem classificado, oportunidade de exercer o seu direito de preferência, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, apresentando proposta de preço inferior à atual, ofertada por empresa que não esteja enquadrada como beneficiária. Tal proposta deverá ser apresentada no prazo e limites estabelecidos, diretamente no sistema eletrônico;

b) a apresentação de proposta após o prazo estipulado na sessão pública implicará na decadência do direito conferido pela Lei Complementar nº 123/2006, sendo convocadas as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na mesma situação, respeitada a ordem de classificação das propostas, para o exercício do mesmo direito, observado o procedimento previsto na alínea anterior.

8.20.4.1. Não será aplicado o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

8.21. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que envie a proposta ajustada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares exigidos neste Edital e anexos.

8.21.1. Será garantido ao licitante o prazo mínimo de 2 (duas) horas entre a convocação e o cumprimento da obrigação.

8.21.2. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, nas seguintes situações:



a) por solicitação do licitante no chat de mensagem, durante o transcurso do prazo concedido, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação;

b) de ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

8.21.3. Quando da convocação para apresentação da proposta ajustada, o licitante deverá apresentá-la em conformidade com as regras dispostas no Termo de Referência.

8.21.3.1. A proposta ajustada deverá ser anexada por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema www.gov.br/compras.

8.22. Juntamente com a proposta ajustada a empresa arrematante deverá apresentar:

a) Declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo constante no Anexo II;

b) Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como beneficiário da Lei Complementar 123/2006, bem como demais declarações dispostas no modelo constante no Anexo III deste Edital. **(somente no caso de beneficiários da Lei Complementar 123/06).**

8.26. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, a legislação correlata e o subitem 4.2 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



a) SICAF, SUCAF e/ou CAGEF;

b) Portal da transparência, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br.

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992;

9.2.1. A consulta referente ao sócio majoritário será realizada na fase de habilitação.

9.3. Verificadas as condições de participação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e anexos, observado o disposto nos artigos 26 a 33 do Decreto Municipal nº 18.289/2023.

9.4. Será desclassificada a proposta que:

9.4.1. contiver vícios insanáveis;

9.4.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital e anexos, desde que insanável.

9.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que o licitante possa comprovar, eventualmente, a exequibilidade da proposta.

9.6. A análise da inexequibilidade das propostas será feita nos termos do disposto nos arts. 30 a 32 do Decreto Municipal nº 18.289/2023, bem como na legislação cabível.

9.7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra e/ou prospectos, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-lo(s) nas condições disciplinadas no referido documento, sob pena de desclassificação.



9.7.1. A convocação será feita pelo Agente de Contratação no “chat de mensagens” do item/grupo/lote arrematado.

9.7.2. O(s) resultado(s) da(s) avaliação(ções) será(ão) divulgado(s) no sistema eletrônico.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos de habilitação previstos no Termo de Referência serão exigidos apenas do licitante cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

10.1.1. Para efeito do julgamento da habilitação, os documentos deverão comprovar a sua regularidade na data da abertura do certame, nos termos do art. 34 c/c § 6º-A do art. 37 do Decreto Municipal nº 18.289/2023, salvo na ocorrência do previsto no § 1º do art. 43 da LC nº 123/06.

10.1.2. Os documentos exigidos para fins de comprovação da habilitação poderão ser substituídos pelo registro cadastral no SICAF, SUCAF e/ou CAGEF.

10.2. Os documentos necessários para comprovar a habilitação exigidos no Termo de Referência, caso não estejam contemplados, disponíveis ou válidos no SICAF, SUCAF e/ou CAGEF deverão ser enviados em formato digital, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema www.gov.br/compras, quando solicitados pelo Agente de Contratação.

10.2.1. Será garantido ao licitante o prazo mínimo de 2 (duas) horas entre a convocação e o cumprimento da obrigação.

10.2.1.1. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, nas seguintes situações:

a) por solicitação do licitante no chat de mensagem, durante o transcurso do prazo concedido, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação;

b) de ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.



10.2.2. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema www.gov.br/compras poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, caso haja dúvida justificada, a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Agente de Contratação.

10.3. A verificação pelo Agente de Contratação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

10.4. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.4.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

10.4.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.5. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido aos beneficiários da LC 123/06, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício.

10.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

10.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



10.9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista dos beneficiários da Lei Complementar nº 123/06, somente será exigida para a adjudicação, e não como condição para participação na licitação.

10.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.9.1.1. A prorrogação do prazo previsto acima deverá ser solicitada formalmente, via sistema eletrônico, dentro do prazo inicial de 05 (cinco) dias úteis concedidos para a regularização da documentação fiscal e trabalhista.

10.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação, sendo facultado ao Agente de Contratação convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.9.3. Não será aplicado o disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

10.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.10.1. Na hipótese da Adjudicatária ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.11. Quando permitida a participação de empresas em consórcio, além das disposições legais, as empresas deverão se atentar para as regras de habilitação dispostas neste Edital, no item “Das Condições de Participação”.



10.12. Para fins de habilitação, os documentos que não possuírem prazo de validade deverão possuir data de emissão de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, tendo como referência a data de abertura da proposta.

10.12.1. Não se enquadram no subitem acima os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade, inclusive quanto aos atestados de capacidade técnica.

10.13. Comprovada a regularidade da habilitação, o licitante será julgado habilitado.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, durante o prazo de 30 (trinta) minutos, concedido na sessão pública, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

11.2.1. O julgamento para considerar a proposta aceita, bem como o licitante habilitado, será comunicado em sessão pública previamente agendada via chat de mensagens, até as 17h do dia anterior, e não terá início anterior às 10h do dia útil seguinte.

11.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação.

11.4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



11.6. Caso não seja possível incluir no campo específico do sistema eletrônico todas as informações e/ou documentos necessários para interpor as razões recursais ou contrarrazões, o licitante poderá solicitar “no chat de mensagens” o envio por e-mail das razões e documentos complementares.

11.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.8. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. A prática de atos ilícitos sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções administrativas:

13.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.2.2. multas nos seguintes percentuais:

a) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente;

a.1. a multa moratória poderá ser aplicada mesmo nas hipóteses em que ocorrer a aceitação da prorrogação do prazo de entrega.

b) multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, nos termos do art. 10 do Decreto Municipal nº 18.096/2022;



c) multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

d) multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das infrações administrativas previstas no subitem 13.1.

13.2.2.1. As multas previstas acima serão fixadas considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022, bem como nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no subitem acima.

13.3. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Diretor competente.

13.4. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Subsecretário Municipal ou ocupante de cargo equivalente, nos demais órgãos e entidades da administração direta ou indireta.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário ou autoridade máxima da entidade, nos demais órgãos e entidades da administração direta ou indireta.

13.6. A notificada poderá apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será:

- a) o primeiro dia após a confirmação do recebimento da notificação por e-mail;
- b) o primeiro dia após a juntada ao processo do Aviso de Recebimento da correspondência em que a notificação foi enviada;



c) o primeiro dia após o fim do prazo indicado no § 3º do art. 44 do Decreto Municipal nº 18.096/2022, quando a notificação for publicada no DOM.

13.7. No caso de aplicação das penalidades de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar será concedido prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de recurso a contar da publicação da decisão condenatória no DOM.

13.8. Da aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da publicação da decisão no DOM.

13.9. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.9.1. A multa moratória também poderá ser aplicada cumulativamente com as demais multas previstas.

13.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

13.10.1. A multa inadimplida poderá, na forma do edital ou contrato, ser descontada de pagamento eventualmente devido pelo Contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração municipal.

13.11. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

13.12. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



13.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 62 do Decreto municipal nº 18.096/2022.

13.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

14.1. Nos procedimentos licitatórios e nas contratações realizados pelo Município de Belo Horizonte serão observadas as determinações que se seguem.

14.2. O Município exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

14.2.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;



14.2.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do Contratante;

14.2.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do Contratante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o Contratante dos benefícios da competição livre e aberta;

14.2.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

14.2.5. “prática obstrutiva” significa:

14.2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

14.2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

14.3. O Município rejeitará a proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

14.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

15. DA POLÍTICA E AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE



15.1. Objetivando afirmar a aderência do Contratado aos padrões éticos e de integridade, exigidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:

15.1.1. O Contratado se compromete a conhecer e observar as diretrizes da política de integridade adotada pela administração municipal, nos termos do Decreto nº 18.337/2023.

15.1.2. O Contratado se compromete a se orientar pelos princípios do Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração, insertos no Decreto nº 14.635/2011; atentando-se para a aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/2013.

15.1.3. O Contratado fica ciente de que é vedada a contratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

15.1.4. O Contratado deverá assegurar que seus colaboradores, empregados, subcontratados e agentes estejam cientes e cumpram as referidas diretrizes durante a execução do contrato.

15.1.5. O descumprimento de quaisquer das diretrizes mencionadas poderá acarretar a aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.1.6. O Contratado fica ciente de que deverá se submeter, nos termos da Lei nº 11.557/2023, à avaliação de integridade nas seguintes situações:

I – antes da assinatura do contrato e/ou da celebração de aditivo contratual, considerando a validade prevista no § 2º do art. 2º da Lei nº 11.557/2023;

II - a qualquer tempo durante a vigência da relação contratual, a critério da administração municipal, em especial no caso de denúncia ou quando constatada alteração relevante das informações prestadas ou declaradas pela empresa.

15.1.6.1. A avaliação será realizada mediante o preenchimento do Formulário de Due Diligence, nos termos do modelo disponibilizado no “link” <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de->



governo/controladoria/2024/formulario-due-diligence.pdf, cujo resultado gerará o Relatório de Avaliação de Integridade – RAI.

15.1.6.2. O Contratado deverá possuir conta google para a viabilização do preenchimento do Formulário de Due Diligence.

15.1.6.3. Nos procedimentos de avaliação de integridade será observado o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

16. DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

16.1. O Contratado obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

16.2. O Contratado obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

16.3. O Contratado deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

16.4. O Contratado não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.



16.5. O Contratado não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

16.5.1 O Contratado obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

16.6. O Contratado fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

16.6.1. Ao Contratado não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

16.6.1.1. O Contratado deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

16.7. O Contratado deverá notificar, imediatamente, o Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

16.7.1. A notificação não eximirá o Contratado das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

16.7.2. O Contratado que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.



16.8. O Contratado fica obrigado a manter preposto para comunicação com o Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

16.9. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre o Contratado e o Contratante, bem como, entre o Contratado e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

16.10. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará o Contratado a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

17.2. Poderá a Administração revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por conveniência e oportunidade devidamente justificada, e deverá anulá-la por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados, sem que caiba ao licitante direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.

17.3. O licitante intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação, sob pena de desclassificação/inabilitação.

17.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



17.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.7. A tolerância do Município de Belo Horizonte com qualquer atraso ou inadimplência por parte do Contratado não importará de forma alguma em alteração ou novação.

17.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.9. As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas aos licitantes via Sistema Eletrônico ou por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

17.10. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Agente de Contratação ou pela autoridade a ele superior, em conformidade com a legislação aplicável.

17.11. A participação do licitante neste procedimento licitatório implica em aceitação de todos os termos deste Edital e Anexos.

17.12. O Licitante/Contratado/Fornecedor/Conveniado fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seu sócio representante nos instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

17.13. É facultado ao Agente de Contratação ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, nos termos da legislação aplicável.

17.13.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.



17.14. O Contratado fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

17.14.1. Para aditamento do quantitativo deverá ser observado o disposto no Decreto Municipal nº 13.757/2009 e suas alterações.

17.15. Nos termos do disposto no parágrafo único do art. 49-B da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, ficam as empresas obrigadas a apresentar ao Contratante, antes do início da execução do contrato, declaração conforme modelo constante no Anexo IV.

17.16. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.17. O Edital e seus Anexos estão disponíveis, na íntegra, nos sites www.gov.br/compras, www.pbh.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

17.18. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Belo Horizonte.

17.19. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.19.1. ANEXO I - Termo de Referência

17.19.2. ANEXO II - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

17.19.3. ANEXO III – Modelo de Declaração de BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006;

17.19.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração da Lei Orgânica

17.19.5. ANEXO V – Minuta de Contrato.

Belo Horizonte, 16 de junho de 2026.



João Paulo Menna Barreto de Castro Ferreira
Secretário Municipal de Meio Ambiente



Assinante(s):

JOAO PAULO MENNA BARRETO DE CASTRO FERREIRA

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA N° 001/2026

UNIDADE REQUISITANTE: Gerência de Monitoramento da Arborização - GMOAR

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO: Marcelo Nunes Vilas Boas - BM 326.180-6 – Engenheiro Florestal – GMOAR/SMMA

TERMO DE REFERÊNCIA GMOAR/SMMA N° 001/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO, TRANSPORTE, PLANTIO E MANUTENÇÃO DE MUDAS ARBÓREAS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE - AMPLA PARTICIPAÇÃO.

LOTE: ÚNICO - AMPLA PARTICIPAÇÃO COM O TRATAMENTO DIFERENCIADO PREVISTO NA LC 123/06

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a aquisição, fornecimento, transporte, plantio e manutenção de mudas arbóreas em áreas públicas do município de Belo Horizonte, mediante pagamento por preço unitário, observadas as diretrizes técnicas e normativas estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. Este instrumento tem por finalidade estabelecer as diretrizes técnicas, operacionais e administrativas para a execução dos serviços, visando ampliar a cobertura vegetal urbana, contribuir com a qualidade ambiental e atender às metas de arborização pública estabelecidas pela SMMA.

1.3. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente estimou, com base em estudos prévios, a execução de plantio de 3.377 (três mil trezentas e setenta e sete) mudas.

1.4. O(s) bem(ns) objeto desta contratação será(ão) licitado(s) por lote único, porque o agrupamento de itens em lote único reduz a complexidade do processo de compra, permitindo que a administração lide com menos fornecedores e simplifique o gerenciamento logístico e de entrega, os itens a serem adquiridos são similares, a compra por lote único facilita a padronização





é a aquisição de produtos que requerem uma entrega simultânea ou integrada que pode ser mais eficiente quando feita em lote único, isso minimiza o risco de descoordenação entre fornecedores e otimiza o cronograma de recebimento.

1.5. O(s) bem(ns) objeto desta contratação não se enquadra(m) como sendo produto(s) de luxo, conforme Decreto Municipal nº 17.726, de 5 de outubro de 2021.

1.6. O(s) bem(ns) objeto desta contratação é(são) caracterizado(s) como comum(ns), pois apresenta(m) padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.7. O(s) bem(ns) a ser(em) adquirido(s) não foi(ram) parcelado(s) porque por se tratar de itens que se relacionam fortemente entre si, tendo em vista que todas as árvores adultas a serem adquiridas devem ter o mesmo padrão e o mais viável é serem adquiridas por uma mesma empresa sendo dadas as especificidades e seus padrões de qualidade, atendendo o que preconiza o Art. 40 a Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021:

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I- a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido.

2. QUANTITATIVO E DEFINIÇÃO DAS ESPÉCIES

2.1. O quantitativo total é de 3.377 (três mil trezentas e setenta e sete) mudas.

2.2. A relação de espécies e quantitativos para plantio será apresentada no Anexo II – Lista de Espécies. A definição específica das espécies a serem utilizadas em cada local de plantio será realizada pela CONTRATANTE após a assinatura do contrato, mediante emissão de Ordens de Serviço, considerando critérios técnicos e ambientais pertinentes.





2.3. Este procedimento está amparado pelos artigos 6º, inciso IX, e 14, §1º da Lei nº 14.133/2021, que permitem a definição de elementos técnicos complementares após a licitação, sem alteração do objeto ou do equilíbrio econômico-financeiro da proposta vencedora.

2.4. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois apresentam padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

2.5. Os serviços contratados serão prestados de forma contínua, porém com execução fracionada em etapas programadas, conforme cronograma físico-financeiro e diretrizes técnicas definidas pela CONTRATANTE.

3. DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação do objeto licitado será efetivada mediante formalização de contrato, nos termos da minuta que será parte integrante do Edital.

3.1.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, observado o limite legal máximo de até 120 (cento e vinte) meses, conforme previsto nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que formalmente demonstrado o interesse da Administração e a vantajosidade da prorrogação.

3.1.2. O objeto contratual é enquadrado como serviço continuado, nos termos do art. 6º, inciso XLII da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de prestação de serviços que exigem execução prolongada e manutenção programada das mudas ao longo do tempo, cuja descontinuidade comprometeria os objetivos ambientais e urbanos do programa de arborização.

3.1.3. Para assinatura do contrato a Adjudicatária deverá estar devidamente cadastrada no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte – SUCAF e comprovar a manutenção das condições de regularidade demonstradas para habilitação.





3.1.3.1. Se a Adjudicatária não for cadastrada no SUCAF, ou se houver pendências no cadastro, a empresa deverá requerer o seu cadastro ou a sua regularização e informar o número do protocolo para a Gerência de Licitações, Contratos e Parcerias no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis contados a partir da convocação do Órgão.

3.1.3.1.1. O documento constando o número do protocolo deverá ser encaminhado para o seguinte e-mail: glcop@pbh.gov.br.

3.1.3.2. O procedimento e a documentação necessária para cadastro ou regularização no SUCAF estão disponíveis no endereço eletrônico <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/sucaf>.

3.1.3.3. O cadastro regular deverá ser apresentado no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da convocação citada no subitem 1.6.2.1, podendo ser prorrogado mediante solicitação da Adjudicatária, devidamente justificada.

3.1.3.4. Na hipótese de a Adjudicatária não apresentar o cadastro do SUCAF no prazo previsto no subitem anterior, poderá a administração restaurar a sessão pública e convocar os licitantes remanescentes, segundo a ordem classificatória, para negociação.

3.1.4. A Adjudicatária deverá assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias contados da respectiva convocação.

3.1.4.1. O prazo estipulado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

3.1.4.2. A recusa em formalizar o ajuste, no prazo estabelecido no subitem 1.6.3, sem justificativa por escrito e aceita pela autoridade competente, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará a licitante vencedora às penalidades cabíveis.





3.1.5. O contrato, se necessário, será reajustado mediante iniciativa do Contratado, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, aplicando-se a variação do índice ao preço unitário contratado, tendo como base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE).

3.1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da Contratação e reajuste de preços.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Justifica-se a contratação da seguinte forma: A arborização urbana representa um componente essencial da infraestrutura verde das cidades e envolve a presença e o manejo de árvores em diferentes espaços do tecido urbano, como vias públicas, praças, parques, jardins, canteiros centrais e margens de corpos d'água. As árvores situadas em propriedades privadas também exercem papel importante nesse contexto, contribuindo para a qualidade ambiental urbana como um todo. Nas áreas urbanas, as árvores desempenham funções fundamentais de ordem ecológica, estética e social. Entre os benefícios ecológicos, destacam-se a regulação térmica — com a oferta de sombra e redução da temperatura ambiente —, o aumento da umidade relativa do ar, a melhora da qualidade atmosférica e a atenuação de ruídos urbanos. No aspecto estético, a vegetação contribui para a humanização da paisagem urbana ao suavizar o impacto visual das edificações e da infraestrutura urbana, proporcionando maior harmonia visual e qualidade de vida. Do ponto de vista social, o convívio com áreas arborizadas proporciona bem-estar psicológico, estímulo à convivência comunitária e favorece o uso dos espaços públicos. Adicionalmente, o uso de espécies nativas da flora local nos plantios urbanos contribui para a preservação da identidade biológica da região, promovendo a biodiversidade e a valorização do patrimônio natural do município. Apesar dos reconhecidos benefícios, a arborização urbana enfrenta desafios recorrentes. Conflitos entre árvores e a infraestrutura urbana — como redes elétricas, calçadas, drenagens e edificações — são comuns, especialmente quando há ausência de planejamento técnico adequado. Soma-se a isso a carência de cobertura arbórea em diversas regiões da cidade e a desigualdade na distribuição de áreas verdes. Tais fatores reforçam a necessidade de ações sistemáticas de implantação, recomposição e manejo da arborização urbana. Diante desse cenário, torna-se evidente a importância da realização de plantios orientados por critérios técnicos que considerem as características locais, o porte adequado das espécies, a infraestrutura existente e os





aspectos de manutenção futura. O plantio planejado e criterioso de mudas arbóreas é uma estratégia eficaz para ampliar a cobertura vegetal da cidade e assegurar a sustentabilidade dos benefícios proporcionados pelas árvores ao longo do tempo. A contratação de serviços especializados para o fornecimento e plantio de mudas de árvores na cidade de Belo Horizonte justifica-se, portanto, como uma ação estruturante de gestão ambiental urbana. Trata-se de uma medida essencial para promover a ampliação da arborização, restaurar áreas degradadas, qualificar o ambiente urbano e mitigar os impactos decorrentes da urbanização intensa. Além disso, a execução dos plantios por empresa CONTRATADA propiciará a dedicação exclusiva de equipes de plantio responsável por todas as etapas de implementação da arborização urbana no município, abrangendo a execução do preparo de covas de plantio, plantio e manutenção pós-plantio. Essa abordagem contribui para o aumento da taxa de sobrevivência das árvores implantadas, para a eficiência do investimento público e para a construção de uma cidade mais resiliente, sustentável e ambientalmente equilibrada.

5. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

5.1. Subcontratação

5.1.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pela CONTRATANTE, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade do CONTRATADO.

5.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

5.1.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na





gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.2. Da participação de consórcios:

5.2.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade dos serviços a serem prestados, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de prestar os serviços de forma independente.

5.3. Garantia da contratação

5.3.1. Exigir-se-á da adjudicatária, previamente à assinatura do contrato, a prestação de garantia no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global/anual contratado, podendo optar por uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

5.3.2. A opção pela modalidade de garantia será feita quando da convocação pela Administração Municipal.

5.3.3. Caso seja feita opção pela modalidade caução em dinheiro, a mesma deverá ser recolhida obrigatoriamente na Caixa Econômica Federal (Banco 104) através da Conta Nº 71096-9 (Operação 006) – Agência 0093-0.

5.3.4. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro garantia, a adjudicatária terá o prazo de 1 (um) mês, contados da data da homologação da licitação e antes da assinatura do contrato, para apresentar a garantia ao CONTRATANTE.

5.3.5. Caso seja feita opção pela modalidade de fiança bancária, esta deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

5.3.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil – BCB -, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.





5.3.7. A garantia prevista acima deverá ser efetuada em banco público controlado pela União.

5.3.8. A fim de comprovar o valor econômico do título, o Contratado deverá apresentar a correspondente memória de cálculo, bem como a previsão legal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN – ou equivalente.

5.3.9. Na hipótese de vencimento do título, a garantia deverá ser substituída, facultando-se ao Contratado a escolha de uma nova modalidade dentre as previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

5.3.10. Caso a opção seja por utilizar o título de capitalização, este deverá ser comercializado pelas sociedades de capitalização regularmente autorizadas a operar pela Superintendência de Seguros Privados – Susep.

5.3.10.1. O título poderá ser na modalidade instrumento de garantia, disciplinado pela Resolução nº 384 do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP –, de 9 de junho de 2020, ou pela que vier a lhe substituir.

5.3.10.2. Em caso de quebra do contrato principal, o título deve possibilitar ao cessionário o resgate, a qualquer tempo, do valor total garantido em contrato enquanto durar sua vigência.

5.3.10.3. O título deverá conter cláusula que assegure o pagamento à administração pública em caso de inadimplência do Contratado.

5.3.10.4. Na ficha de cadastro deverá constar em destaque a mensagem: “Este título será utilizado exclusivamente para assegurar o cumprimento de obrigação assumida, em contrato principal, pelo titular perante terceiro.”.

5.3.11. O instrumento de garantia deverá ter prazo de vigência, no mínimo, igual ao do contrato principal a que se refere, devendo acompanhar as modificações relativas à vigência deste.





5.3.11.1. Considerando a natureza do serviço, que envolve execução física (empreitada) e manutenção prolongada, aplica-se o disposto no art. 97, §2º, da Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, o prazo de vigência da garantia deverá ser, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias superior ao prazo de vigência do contrato.

5.3.11.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia acompanhará as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso ou de nova apólice pela seguradora.

5.3.11.2.1. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

5.3.12. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE ao Contratado;
- obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

5.3.12.1. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem acima, observada a legislação que rege a matéria.

5.3.13. Nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela Administração, dos quais o Contratado ficará depositário, o valor desses bens deverá ser acrescido ao valor da garantia.

5.3.14. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

5.3.15. Deverão ser destacados e especificados no instrumento de garantia os valores e vigências das cláusulas referentes a riscos, no caso em que o contrato contemplar matriz de riscos.





5.3.16. A garantia oferecida poderá ser substituída por outra de modalidade diferente em virtude de mudança de seguradora ou instituição bancária, acréscimo ou redução do valor previsto no contrato, bem como no caso de prorrogação.

5.3.16.1. A substituição deverá ser autorizada pelo CONTRATANTE e conterá os dados necessários da garantia a ser substituída.

5.3.16.2. No caso da substituição da garantia contratual prestada na modalidade caução, o processo de devolução deverá ser aberto a pedido do Contratado.

5.3.17. Nos casos de aditamento do contrato com alteração de valor e/ou prorrogação de vigência, o Contratado entregará ao CONTRATANTE a comprovação do recolhimento da garantia, de acordo com a modalidade escolhida, antes da assinatura do aditamento e/ou do início da prorrogação.

5.3.17.1. No aditamento do valor contratual, a garantia apresentada pelo Contratado deverá contemplar o valor original acrescido dos reforços.

5.3.17.2. Nos casos de prorrogação de vigência em que também haja aditamento no valor contratual, deve-se considerar, para fins de comprovação do recolhimento da garantia, o prazo anterior à assinatura do aditamento.

5.3.18. Nos contratos de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto.

5.3.19. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data em que for notificada.

5.3.20. A garantia prestada pelo Contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após sua extinção por culpa exclusiva do CONTRATANTE.





5.3.20.1. A devolução da caução em dinheiro será realizada mediante depósito em conta bancária, com correção monetária, até o mês da disponibilização, pelos índices oficiais adotados para atualização dos débitos com a Fazenda Pública Municipal.

5.3.20.2. É responsabilidade exclusiva do contratado solicitar a restituição da caução em dinheiro, respeitado o prazo prescricional de 5 (cinco) anos.

5.4. Exigências Técnicas Mínimas para Habilitação

5.4.1. Somente serão habilitadas as empresas que comprovarem experiência técnica mínima na execução de serviços similares ao objeto desta licitação, mediante a apresentação de ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL.

5.4.2. Será exigida a comprovação de, pelo menos, 01 (um) contrato de fornecimento, plantio e manutenção de mudas arbóreas, executado nos últimos 36 (trinta e seis) meses, com valor global mínimo de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) ou que envolva o plantio de, no mínimo, 1.000 (mil) mudas.

5.4.3. O atestado deverá ser emitido pelo CONTRATANTE do serviço, em papel timbrado, constando objeto, valor, período de execução e CNPJ da empresa emitente, e deverá ser acompanhado da respectiva ART do responsável técnico que acompanhou a execução.

5.4.4. É obrigatória a designação de Responsável Técnico – RT (Engenheiro Agrônomo ou Engenheiro Florestal) legalmente habilitado para a execução do contrato. No ato da habilitação, deve ser apresentada a carteira profissional do RT e comprovante de experiência (currículo) na área.

5.4.5. A indicação de profissional habilitado (Engenheiro Agrônomo ou Florestal) é necessária para assegurar a condução técnica adequada dos serviços. Dessa forma, as exigências são pertinentes, proporcionais e indispensáveis para o sucesso da contratação, uma vez que garantem que os licitantes detenham capacidade técnica compatível com a complexidade do objeto, assegurando a qualidade da execução, a mitigação de riscos e o atendimento aos resultados esperados pelo órgão contratante.





6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Regime de execução: Empreitada por preço unitário, com pagamento conforme quantidades efetivamente executadas, apuradas por meio de Ordens de Serviço (OS), conforme planilha de preços.

6.2. Condições de Execução e Serviços a Serem Executados

6.2.1. Fornecimento de Mudas

6.2.1.1. A CONTRATADA será responsável pela aquisição, fornecimento e transporte das mudas arbóreas, observando-se as condições abaixo:

6.2.1.2. As mudas deverão ser adquiridas de viveiros legalmente licenciados, devidamente registrados no órgão ambiental competente (IEF, IBAMA ou outro órgão estadual/federal conforme aplicável), ou poderão ser oriundas de viveiro próprio da CONTRATADA, desde que o mesmo esteja devidamente regularizado e licenciado junto aos órgãos competentes;

6.2.1.3. Mudas em bom estado fitossanitário, livres de pragas, doenças e deficiência nutricional;

6.2.1.4. As mudas deverão apresentar porte mínimo compatível com as exigências técnicas apontadas pela Deliberação Normativa COMAM nº 69/2010;

6.2.1.5. As espécies deverão obedecer às diretrizes estabelecidas pela Deliberação Normativa COMAM nº 69/2010;

6.2.1.6. As mudas serão vistoriadas pela equipe de fiscalização da CONTRATANTE antes de sua utilização. Qualquer lote que apresentar inconformidade com os critérios técnicos poderá ser recusado e deverá ser integralmente substituído pela CONTRATADA, às suas expensas, no prazo estabelecido pela fiscalização.





6.2.1.7. Será obrigatório a utilização de espécies nativas da flora brasileira, observada a adequação ecológica ao local de plantio, bem como as normas de distanciamento, porte e compatibilidade com a infraestrutura urbana.

6.2.1.8. É vedada a utilização de mudas de espécies exóticas invasoras, de acordo com as listas oficiais do MMA, IEF, IBAMA e PBH.

6.2.2. Definição das Espécies

6.2.2.1. A escolha das espécies a serem utilizadas em cada local de plantio será definida após a assinatura do contrato, por meio de Ordens de Serviço emitidas pela CONTRATANTE, com base nos seguintes critérios:

6.2.2.1.1. Lista de Espécies - A relação de espécies indicadas e seus respectivos quantitativos para aquisição e plantio apresentada no Anexo II, elaborado pela CONTRATANTE.

6.2.2.1.2. Critérios Técnicos e Ambientais – A definição posterior considerará:

6.2.2.1.3. Adequação das espécies ao espaço urbano, porte adulto e sistema radicular;

6.2.2.1.4. Diversidade florística e funcional desejável para o projeto, respeitando parâmetros ecológicos de segurança e adaptação ao meio;

6.2.2.1.5. Condições edafoclimáticas do local de plantio e planejamento paisagístico da área;

6.2.2.1.6. Potencial de atração de fauna, sombreamento e funções ecossistêmicas associadas.

6.2.2.1.7. Momento de Definição – Para cada Ordem de Serviço, será indicado pela CONTRATANTE:

6.2.2.1.7.1. A espécie a ser utilizada em cada ponto de plantio;





6.2.2.1.7.2. Locais de plantio para cada indivíduo;

6.2.2.1.7.3. Base Legal – Esta definição técnica complementar está respaldada nos artigos 6º, inciso IX, e 14, §1º da Lei nº 14.133/2021, os quais permitem que elementos técnicos de especificação sejam definidos após a licitação, desde que não alterem o objeto nem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

6.2.3. Abertura de Passeios e Ajustes em Canteiros

6.2.3.1. Quando necessário, a CONTRATADA deverá realizar a abertura de trechos de calçadas públicas (passeio) para viabilização do plantio, com posterior recomposição do revestimento conforme padrão original;

6.2.3.2. A CONTRATADA deverá ajustar os canteiros centrais ou áreas verdes conforme especificações da CONTRATANTE, respeitando as normas de acessibilidade, segurança e estética urbana.

6.2.4. Transporte das Mudas

6.2.4.1. Transporte das mudas até os locais indicados pela CONTRATANTE, a partir do viveiro fornecedor ou ponto de coleta, incluindo todos os fretes e deslocamentos.

6.2.5. Preparo da Área de Plantio

6.2.5.1. Abertura e preparo das covas com medidas adequadas às exigências de cada espécie, levando em consideração as normativas de execução estabelecidas pelo município.

6.2.6. Execução do Plantio

6.2.6.1. Plantio com tutoramento adequado, adubação conforme orientações técnicas, irrigação inicial no ato do plantio.





6.2.7. Calagem e Adubação

6.2.7.1. Antes do plantio, o solo deverá ser corrigido conforme necessidade identificada pela CONTRATANTE, utilizando cal virgem, dolomítica ou outro corretivo recomendado, além da adubação orgânica e/ou mineral de acordo com a espécie e a análise do solo.

6.2.8. Controle de Formigas e Pragas

6.2.8.1. A CONTRATADA deverá realizar o controle preventivo e corretivo de formigas cortadeiras e outras pragas que possam comprometer o sucesso do plantio, com uso de produtos autorizados, respeitando as normas da ANVISA, IBAMA e da vigilância sanitária.

6.2.9. Irrigação Complementar

6.2.9.1. Irrigação complementar nos períodos de estiagem (veranico), com frequência diária a partir do quarto dia consecutivo sem chuvas, conforme orientações técnicas da equipe de supervisão.

6.2.10. Monitoramento Técnico e Replântio

6.2.10.1. Monitoramento e manejo das mudas por 6 (seis) meses após o plantio;

6.2.10.2. Reposição de mudas mortas, estendendo-se o monitoramento por novo período de 6 (seis) meses a partir da nova data de plantio;

6.2.10.3. Cada muda plantada deverá ser obrigatoriamente georreferenciada, com registro de coordenadas geográficas em formato padrão (Lat, Long no formato DMS) e associada à respectiva Ordem de Serviço e ao relatório fotográfico correspondente. Esses dados deverão ser entregues em formato digital (.xls), conforme modelo disponibilizado pela CONTRATANTE.

6.2.11. Limpeza e Destinação de Resíduos





6.2.11.1. Limpeza completa das áreas após a execução de cada etapa.

6.2.11.2. Destinação adequada dos resíduos para local(is) definidos pelo SUPERVISOR REGIONAL da CONTRATANTE.

6.2.12. Implementação de Plano de Comunicação com a Comunidade

6.2.12.1. Etapa anterior aos plantios:

6.2.12.1.1. Confeção e distribuição de panfletos informativos (formato A5, impressão frente e verso em 3 cores), com dados sobre escopo, importância, objetivos da ação e solicitação de apoio para a preservação das mudas, em modelo e identidade visual apresentado pela CONTRATANTE.

6.2.12.2. Etapa posterior aos plantios:

6.2.12.2.1. Confeção e distribuição de novo material com informações sobre as espécies plantadas, cuidados necessários, canais de contato com a PBH para denúncias e orientações, em modelo e identidade visual apresentado pela CONTRATANTE.

6.2.13. Especificação estrutural das Mudras:

6.2.13.1. As mudras a serem utilizadas nos plantios deverão atender aos critérios técnicos mínimos de qualidade, desenvolvimento e sanidade vegetal, de forma a garantir o sucesso do estabelecimento e a sustentabilidade da arborização urbana, incluindo:

6.2.13.1.1. Altura mínima de 2,5 metros, medida do colo ao ápice da planta;

6.2.13.1.2. Diâmetro mínimo do coleto igual ou superior a 1,5 cm, aferido a 2 cm da base do caule;





6.2.13.1.3. Estado fitossanitário adequado, com ausência de pragas, doenças, deformações ou injúrias mecânicas visíveis;

6.2.13.1.4. Copa bem formada, proporcional ao porte da muda, com no mínimo três ramificações bem distribuídas e bem inseridas no tronco e folhas viçosas;

6.2.13.1.5. Sistema radicular bem desenvolvido e não enovelado, acondicionado em vasilhame adequado, com volume de, no mínimo, 60 litros e que garanta o transporte da muda sem destorroamento;

6.2.13.1.6. Substrato de cultivo adequado, bem estruturado, livre de contaminantes, excessos de umidade ou deficiências nutricionais;

6.2.13.1.7. Origem rastreável, sendo obrigatoriamente produzidas em viveiros devidamente licenciados pelos órgãos ambientais competentes.

6.2.14. Locais de plantio

6.2.14.1. Os plantios serão realizados em áreas públicas sob jurisdição da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, abrangendo distintos tipos de logradouros e espaços urbanos, incluindo, mas não se limitando a:

6.2.14.1.1. Calçadas e passeios públicos;

6.2.14.1.2. Canteiros centrais de avenidas e ruas;

6.2.14.1.3. Praças, jardins públicos e equipamentos urbanos de convivência;

6.2.14.1.4. Áreas verdes urbanas e institucionais;

6.2.14.1.5. Áreas marginais a cursos d'água e córregos;

6.2.14.1.6. Rotores de tráfego, alças de acesso de viadutos e interseções viárias;

6.2.14.1.7. Áreas remanescentes de obras públicas e de requalificação urbana;





6.2.14.1.8. Demais áreas não pavimentadas de domínio público indicadas pela CONTRATANTE.

6.2.14.2. A definição da distribuição espacial das mudas entre bairros e regionais administrativas será de responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE, com base em critérios técnicos e ambientais, tais como: cobertura vegetal existente, necessidade de recomposição arbórea, impacto paisagístico, condições de infraestrutura urbana, demandas comunitárias, planos urbanísticos, além de aspectos operacionais e logísticos.

6.2.14.3. A exata localização de cada plantio será informada à CONTRATADA por meio de Ordens de Serviço específicas, emitidas conforme cronograma e orientações técnicas da EQUIPE DE SUPERVISÃO da CONTRATANTE. A CONTRATANTE poderá, a seu critério, redefinir previamente os locais designados para os plantios ou substituir as espécies inicialmente previstas, mediante comunicação formal com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à programação estabelecida.

6.2.14.4. Para fins de planejamento, execução e formação de preço, os plantios serão categorizados com base na natureza da intervenção necessária no local receptor, conforme abaixo:

6.2.14.4.1. CATEGORIA I – PLANTIO COM INTERVENÇÃO EM PAVIMENTO RÍGIDO OU FLEXÍVEL:

6.2.14.4.1.1. Caracteriza-se pela necessidade de intervenção em infraestrutura urbana pavimentada para a abertura do berço de plantio. Inclui, mas não se limita a:

6.2.14.4.1.2. Abertura de calçadas (passeio público) em concreto, blocos de concreto ou outros revestimentos rígidos;

6.2.14.4.1.3. Remoção de asfalto em canteiros centrais, acostamentos, rotatórias ou alças de viaduto;





6.2.14.4.1.4. Remoção de base rígida (base de concreto, brita compactada) em qualquer logradouro;

6.2.14.4.1.5. Qualquer local que exija o uso de equipamentos específicos (como rompedor hidráulico, cortadora de asfalto, etc.) para abertura da cova.

6.2.14.4.1.6. Serviços Incluídos: Além do fornecimento e plantio da muda, o preço desta categoria deverá cobrir todos os custos de demolição/remoção do pavimento existente, escavação do berço no solo natural, e a posterior recomposição do pavimento conforme padrão original e normativas municipais (incluindo acessibilidade).

6.2.14.4.2. CATEGORIA II – PLANTIO EM ÁREA PERMEÁVEL OU JÁ PREPARADA:

6.2.14.4.2.1. Caracteriza-se pela execução do plantio em áreas que não exigem intervenção em pavimentação. Inclui, mas não se limita a:

6.2.14.4.2.2. Canteiros centrais e laterais já existentes com solo exposto;

6.2.14.4.2.3. Praças, jardins públicos e parques;

6.2.14.4.2.4. Áreas verdes institucionais;

6.2.14.4.2.5. Berços de plantio previamente abertos e disponíveis;

6.2.14.4.2.6. Terrenos baldios públicos ou áreas marginais a cursos d'água;

6.2.14.4.2.7. Qualquer área onde a cova possa ser aberta diretamente no solo, sem remoção de camada pavimentada.





6.2.14.4.2.8. Serviços Incluídos: O preço desta categoria abrange o fornecimento, transporte, plantio com todos os tratos culturais, sem a demanda de demolição ou recomposição de pavimento.

7.2.15. Identificação das Mudas

6.2.15.1. Cada muda deverá ser identificada com código individual padronizado no formato XXX####, sendo:

6.2.15.1.1. XXX: as três primeiras letras do nome da empresa CONTRATADA (em caixa alta);

6.2.15.1.2. ####: numeração sequencial de quatro dígitos atribuída à muda.

6.2.15.2. O código deverá corresponder exatamente ao registro na Planilha de Controle de Plantio, a ser entregue à CONTRATANTE em meio físico e digital (.xlsx), contendo obrigatoriamente: código da muda, nome científico e popular da espécie, data do plantio, coordenadas geográficas (latitude/longitude), logradouro/localização e nome do responsável pela execução.

6.2.15.3. A fixação da plaqueta deverá ser feita de forma a não prejudicar o desenvolvimento da muda e resistir às condições climáticas urbanas durante o período mínimo de manutenção contratual.

6.2.16. Prazo de Manutenção e Reposição:

6.2.16.1. A CONTRATADA deverá realizar o monitoramento técnico e a manutenção das mudas por um período mínimo de 6 (seis) meses consecutivos após cada plantio, incluindo irrigação, adubação, controle fitossanitário, tutoramento, limpeza da área e demais tratos culturais.

6.2.16.2. Em caso de mortalidade das mudas no período de manutenção, a CONTRATADA deverá proceder à reposição das unidades perdidas, reiniciando-se para estas um novo ciclo de manutenção de 6 (seis) meses, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.





7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 18.324/2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s), na forma do Decreto Municipal nº 18.324/2023 e do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

7.7. Entregas e marcos de medição

7.7.1. A execução do contrato será autorizada por meio de Ordens de Serviço (OS). Cada OS constitui um único lote administrativo para fins de medição e pagamento.

7.7.1.1. Fornecimento e transporte das mudas até os locais indicados pela CONTRATANTE;





7.7.1.2. Plantio de acordo com as especificações técnicas, incluindo espécie, abertura de covas, adubação, calagem, tutoramento e irrigação inicial, nos locais indicados pela CONTRATANTE;

7.7.1.3. Identificação individual de cada muda por meio de plaqueta ou etiqueta resistente.

7.7.1.4. Apresentação de relatório fotográfico georreferenciado e planilha com a relação das mudas implantadas (com indicação de espécie, porte, coordenadas geográficas, data do plantio, identificação da muda) (Anexo III);

7.7.1.5. Período de manutenção inicial até a primeira vistoria (primeiras regas e tratos culturais);

7.7.1.6. Correções necessárias em passeios e retirada de resíduos.

7.7.2. O prazo total para a execução de cada lote, a partir da emissão da respectiva Ordem de Serviço, será de até 30 (trinta) dias corridos, abrangendo todas as etapas previstas, desde a mobilização até o plantio final.

7.7.3. Vistoria e aceite provisório

7.7.3.1. Após a entrega de cada lote, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente à fiscalização, que realizará vistoria técnica in loco para verificar:

7.7.3.1.1. Conformidade com a lista de espécies selecionadas (Anexo II);

7.7.3.2. Qualidade fitossanitária e porte adequado das mudas;

7.7.3.3. Execução correta dos tratos culturais previstos;

7.7.3.4. Correções necessárias em passeios e retirada de resíduos;

7.7.3.5. Identificação individual de cada muda.





7.7.4. Período de manutenção

7.7.4.1. Cada lote permanecerá sob manutenção da CONTRATADA por 6 (seis) meses contados a partir da data da aprovação provisória, incluindo:

7.7.4.1.1. Irrigação em frequência compatível;

877.4.1.2. Controle de formigas cortadeiras e demais pragas;

7.7.4.1.3. Capina, coroamento e limpeza da área permeável;

7.7.4.1.4. Reposição de mudas mortas, mantendo quantitativo e diversidade originais;

7.7.4.1.5. Em caso de replantio por mortalidade, será iniciado novo ciclo de manutenção de 6 (seis) meses, contado da data do replantio.

7.7.5. Aceite definitivo

7.7.5.1. Ao término do período de manutenção de cada lote, será realizada vistoria final para verificar:

7.7.5.1.1. Sobrevivência mínima de 100% (cem por cento) das mudas, excetuadas hipóteses devidamente justificadas e aceitas pela fiscalização, tais como, vandalismo, eventos climáticos extremos ou fatores alheios à atuação da CONTRATADA;

7.7.5.1.2. Atendimento integral das condições contratuais e técnicas.

7.7.5.1.3. Somente após a emissão do aceite definitivo será autorizado o pagamento complementar.

7.8. Obrigatoriedade de Execução





7.8.1. A CONTRATADA é obrigada a aceitar e executar integralmente todas as Ordens de Serviço emitidas pela CONTRATANTE, até o limite do valor global máximo do contrato. A recusa injustificada em executar uma OS constitui descumprimento contratual grave, sujeitando a CONTRATADA às penalidades do art. 143 da Lei nº 14.133/2021.





8. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO/MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Recebimento do objeto

8.1.1. O recebimento e a medição do objeto serão realizados por OS (lote), considerado executado após o aceite definitivo conforme definido na Seção 9.4, e de acordo com as Ordens de Serviço emitidas pela CONTRATANTE.

8.2. Definição de aceite provisório

8.2.1. O serviço será recebido provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelo fiscal do contrato, mediante emissão de termo detalhado.

7.2.1.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.3. Recebimento provisório

8.3.1. O aceite provisório de OS integralmente executada será realizado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento da comunicação formal da CONTRATADA, mediante:

8.3.1.1. Vistoria técnica in loco;

8.3.1.2. Conferência da conformidade com o quantitativo, espécie, porte e qualidade fitossanitária;

8.3.1.3. Apresentação de relatório fotográfico georreferenciado e planilha com dados das mudas (espécie, porte, coordenadas, data do plantio) conforme Anexo IV Atestados de capacidade técnica operacional, conforme detalhado no Termo de Referência principal.;

8.3.1.4. Identificação dos indivíduos conforme definido no Anexo I;





8.3.1.5. Registro de eventuais não conformidades para correção no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

8.3.2. O aceite provisório de cada lote integralmente executado permitirá o pagamento de 40% (quarenta por cento) do valor correspondente àquele lote, após comprovação da conformidade técnica e documental.

8.4. Definição de aceite definitivo

8.4.1. Entende-se por Aceite Definitivo a aprovação final conferida pela CONTRATANTE a um lote, após o término do período de manutenção de 6 (seis) meses, mediante vistoria técnica que comprove o atendimento integral dos critérios contratuais, inclusive a sobrevivência mínima de 100% das mudas e a correção de todas as não conformidades anteriormente identificadas.

8.4.2. O Aceite Definitivo libera o pagamento dos 60% restantes do valor do lote e encerra as obrigações específicas da CONTRATADA relativas àquele lote, ressalvada a responsabilidade civil pela solidez, segurança e qualidade do serviço executado.

8.5. Recebimento definitivo – O aceite definitivo de cada lote será realizado ao final do período de manutenção, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento, pela fiscalização, da comunicação formal da CONTRATADA informando:

8.5.1. O encerramento do prazo de manutenção do lote;

8.5.2. A reposição das eventuais perdas.

8.5.3. Critérios de recebimento definitivo:

8.5.3.1. Sobrevivência das mudas;

8.5.3.2. Execução integral dos tratos culturais previstos;

8.5.3.3. Entrega das planilhas de georreferenciamento e fotografia finais;





8.5.3.4. Correção das não conformidades identificadas no aceite provisório.

8.5.4. O aceite definitivo permitirá o pagamento dos 60% (sessenta por cento) restantes do valor da OS.

8.5.5. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações deste Termo de Referência e da proposta, devendo ser reparado ou corrigido pela CONTRATADA, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8.5.6. O recebimento definitivo será formalizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a vistoria técnica final, observando os seguintes procedimentos:

8.5.6.1. Analisar os relatórios e toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.5.6.2. Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

8.5.6.3. Comunicar a empresa para emissão da Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

8.5.6.4. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. O prazo destinado à solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou ao saneamento da nota fiscal ou documento equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para os fins de contagem do prazo do recebimento definitivo.





8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez, segurança e qualidade do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8. Não será admitido pagamento parcial por Ordem de Serviço parcialmente executada. Os percentuais de 40% e 60% somente serão devidos quando a totalidade do escopo de uma OS estiver apta para o aceite provisório e definitivo, respectivamente.

8.9. Liquidação

8.9.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente na unidade responsável pela liquidação, correrá o prazo de até 10 (dez) dias para fins de liquidação, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.9.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.9.2.1. O prazo de validade;

8.9.2.2. A data da emissão;

8.9.2.3. Os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;

8.9.2.4. O período respectivo de execução do contrato;

8.9.2.5. O valor a pagar; e

8.9.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

8.9.2.7. O Contratado deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente, observando:





8.9.2.7.1. A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente considerando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB Nº 1234 de 2012 de acordo com o artigo 1º, §1º do Decreto Municipal 18.272/23 e Portaria SMFA nº 11/2023 c/c §5º, artigo 2º da IN RFB Nº 1234.

8.9.2.7.2. As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição expressamente nos documentos fiscais, de acordo com o artigo 1º, §3º do Decreto Municipal 18.272/23 c/c artigo 4º da IN RFB Nº 1234.

8.9.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

8.9.4. A Administração deverá realizar consulta ao SUCAF e/ou SICAF e/ou CAGEF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

8.9.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente poderá ser acompanhado de documentação para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, caso esteja irregular.

8.9.6. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

8.9.7. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.9.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SUCAF e/ou SICAF e/ou CAGEF.





8.10. Prazo de pagamento

8.10.1. O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias contados da finalização da liquidação da despesa, pela Gerência de Monitoramento da Arborização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

8.10.2. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação do serviço realizada e o período da execução.

8.11. Forma de pagamento

8.11.1. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

8.12. Cronograma Físico-Financeiro

8.12.1. O pagamento será realizado de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido no ANEXO V, considerando os prazos de execução, manutenção, aceites provisórios e definitivos.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, considerando a planilha de preços unitários.

9.1.2. Será vencedora a licitação que apresentar a menor proposta para o item único deste Edital.





9.2. Exigências de habilitação

9.2.1. Para fins de habilitação, o licitante deverá encaminhar os documentos relacionados abaixo, os quais deverão comprovar sua regularidade na data da abertura do certame, nos termos do art. 34 c/c § 6º-A do art. 37 do Decreto Municipal nº 18.289/2023, salvo na ocorrência do previsto no § 1º do art. 43 da LC nº 123/06.

9.2.1. Habilitação jurídica

9.2.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.2.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.2.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária,





respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Observação: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.2.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.2.3. Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual/distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.2.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.2.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.2.2.6. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República.

Observação: Os documentos referidos acima poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.





9.2.3. Qualificação Econômico-Financeira

9.2.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9.2.3.1.1. Na hipótese em que a certidão for positiva, caso a empresa se encontre em recuperação judicial ou extrajudicial, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor.

9.2.3.2. Balanço Patrimonial e Demonstração Contábil do Resultado dos dois últimos exercícios sociais já exigíveis e apresentados na forma da lei, que demonstrem a situação financeira do licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devendo ser observados os subitens abaixo para o devido enquadramento.

a.1. Serão considerados, “na forma da lei”, o Balanço Patrimonial e a Demonstração Contábil do Resultado dos dois últimos exercícios sociais, assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) devidamente registrados/autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou registrado no órgão de registro equivalente; ou
- d) na forma de escrituração contábil digital (ECD) nos termos da Instrução Normativa da RFB, preferencialmente com o termo de autenticação eletrônica gerado pelo sistema.

a.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ou no exercício anterior, e que ainda estejam dentro do prazo legal para a elaboração do balanço patrimonial deverão apresentar o balanço de abertura devidamente registrado/autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou registrado/autenticado no órgão de registro equivalente.





a.3. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

a.4. Os Balanços Patrimoniais (inclusive o Balanço de Abertura) e as Demonstrações Contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade.

a.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

9.2.3.3. Cálculo dos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

II - Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.

9.2.3.3.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor da proposta.

9.2.3.3.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.2.3.3.2. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.





9.2.3.3.3 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

9.2.3.3.4. Reserva-se ao pregoeiro o direito de efetuar os cálculos dos índices, caso esses não sejam apresentados.

9.2.4. Qualificação Técnica

9.2.4.1. Comprovação de aptidão para a prestação de serviços similares com serviços arrematados, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.2.4.1.1. Os atestados ou certidões de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.2.4.1.2. Os atestados ou certidões deverão estar emitidos em papel timbrado do(s) Órgão(s) ou da(s) Empresa(s) que o expediram, ou deverão conter carimbo do CNPJ do(s) mesmo(s) ou outra informação que permita a devida identificação do emitente.

9.2.4.1.3. Não serão aceitos atestados ou certidões de capacidade técnica emitidos pelo próprio licitante.

9.2.5. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.2.5.1. Para efeito de validação da declaração será realizada consulta junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>) e no caso de a certidão apresentar percentual inferior do previsto no art. 93 da Lei nº 8.213/91, a empresa será inabilitada.

9.2.6. Não será exigida a apresentação de declarações que já tenham sido prestadas via sistema.





9.2.8. A CONTRATADA deverá apresentar, previamente ao início do plantio, os seguintes documentos:

9.2.8.1. Nota fiscal das mudas adquiridas;

9.2.8.2. Declaração de origem e/ou certificado de procedência vegetal;

9.2.8.3. Laudo atestando estado vegetativo e fitossanitário da muda emitido por profissional legalmente habilitado, acompanhado de sua comprovação (ART). Neste deverá constar: Descrição botânica, dados dendrométricos, condições fitossanitárias, local de origem e destino, período do ano, equipamentos utilizados e dinâmica de execução, preparos do local e percentual estimado de evolução da espécie. A muda deverá apresentar vigor vegetativo (avaliado por turgor e coloração típica das folhas, presença de gemas e/ou brotações foliares etc), estar isenta de pragas e insetos, estar isenta de doenças na copa, tronco e nas raízes;

9.2.8.4. Comprovante de inscrição da licitante no RENASEM como produtor e/ou comerciante, em cumprimento ao art. 8o, da Lei 10.711/2003 e legislação pertinente;

9.2.8.5. A lista de espécies cadastradas no Renasem da Empresa deverá coincidir com a lista de espécies constantes neste TR;

9.2.8.6. Registro no Cadastro Técnico Federal – IBAMA, nos termos da Instrução Normativa 13, de 23 de agosto de 2021 para a extração, produção, transporte e comercialização de produtos e subprodutos da fauna e flora. O Cadastro deverá incluir as categorias “Comércio atacadista de madeira, de lenha e de outros subprodutos florestais - Lei no 12.651/2012: ”, e também pelo "Transporte de produtos florestais - Lei no 12.651/2012: ”, e pelo "Exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais (floresta nativa)”;

9.2.8.7. Certificado de Regularidade do Cadastro Florestal Estadual, conforme determina a Portaria IEF nº 125, de 23 de novembro 2020, na categoria “03.06 – Produtor de Produtos e subprodutos da flora – Mudas florestais “ou “07.10 – Comerciante de





Produtos e subprodutos da flora – Mudas florestais”, conforme o anexo II da referida legislação;

9.2.8.8. Comprovante de regularidade sobre o comércio de fertilizantes, corretivos, biofertilizantes, inoculantes e substratos, nos termos das seguintes legislações 6.894/1980, Decreto 4.954/2004 e Decreto 8.384/2014;

9.2.8.9. Documento(s) de regularidade ambiental do viveiro produtor;

9.2.8.10. Termo de Conformidade de Muda Florestal, conforme Instrução Normativa nº 17/2017 do Ministério da Agricultura;

9.2.8.11. Lista das espécies ofertadas, com nomes científicos e populares;

9.2.8.12. Garantia de identidade genética conforme listagem de espécies definidas neste Termo de Referência;

9.2.8.13. Fotografias amostrais das mudas.

9.2.9. Dos critérios de aceitabilidade da proposta

9.2.9.1. Após a convocação pelo Agente de Contratação, o arrematante deverá apresentar Proposta Ajustada, conforme modelo constante no Anexo II.

9.2.9.2. A proposta de preços ajustada deverá conter:

9.2.9.2.1. Razão social, n.º do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico do licitante;

9.2.9.2.2. Modalidade e número da licitação;

9.2.9.2.3. Especificação sucinta do objeto licitado;

9.2.9.2.4. O valor global deve ser apresentado em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais.





9.2.9.2.5. Declaração de validade da proposta de 90 (noventa) dias, contados da assinatura.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Contratado, sujeitando-o às penalidades previstas no Decreto Municipal nº 18.096/2022, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$2.399.898,82 (dois milhões, trezentos e noventa e nove mil, oitocentos e noventa e oito reais e oitenta e dois centavos).

11.2. O detalhamento dos quantitativos, das etapas e dos critérios técnicos para a formação do preço encontra-se disponível nos Anexos deste Termo de Referência, especialmente na Planilha de Composição de Custos (Anexo VIII), a fim de subsidiar a formulação das propostas pelas empresas participantes.

11.3. O valor estimado é divulgado previamente, nos termos do Art. 24, §1º da Lei nº 14.133/2021, visando garantir a transparência, a isonomia entre os licitantes e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pelas seguintes dotação (ções) orçamentária(s):

CCG: 2500.1100.18.541.0307.2912.0016.339039-99.1.500.000.0000

SOF: 2500.001200006.18.541.0307.2912.0016.339039-99.1.500.000.0000





12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO/FISCALIZAÇÃO:

13.1. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA - será o órgão da administração pública municipal encarregado de acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, designando gestor e fiscal responsáveis pelo Contrato através de nomeação em portaria a ser publicada no Diário Oficial do Município – DOM.

13.2. Na execução do Contrato, o fiscal e auxiliares supervisionarão os serviços de forma a:

13.2.1. Verificar se os serviços especificados estão sendo executados de acordo com o previsto no Termo de Referência e no Contrato;

13.2.2. Analisar e decidir sobre proposições da CONTRATADA que tenham como objetivo melhorar a prestação dos serviços;

13.2.3. Propor a aplicação de sanções administrativas à CONTRATADA, de acordo com a legislação vigente, assim como demais ações necessárias à correta efetivação dos serviços;

13.2.4. Todas as notificações emitidas pelo fiscal do Contrato deverão ser registradas e armazenadas para apuração.

13.2.5. A execução dos serviços será supervisionada pela Diretoria de Arborização Urbana – DAUR.

13.2.6. O CONTRATANTE poderá solicitar esclarecimentos adicionais e ajustes nas demandas através de contatos por e-mail, comunicação telefônica, reuniões virtuais ou, justificadamente, por meio de reuniões presenciais e outros eventos necessários para o planejamento e a execução do objeto de forma a assegurar a efetividade na entrega dos serviços contratados.





13.2.7. As reuniões indicadas acima não excluem a obrigatoriedade de realização das reuniões quinzenais e de apresentação das etapas, listadas neste Termo de Referência, bem como dos relatórios e demais formas de entrega dos produtos que compõem as etapas obrigatórias de execução contratual.

13.2.8. A mensagem eletrônica (e-mail) será a forma preferencial utilizada para formalizar todas as comunicações efetuadas entre as partes. As reuniões a serem realizadas conforme agenda pré-estabelecida e registradas posteriormente em ata, terão como objetivo a busca de soluções para os problemas surgidos no desenvolvimento dos trabalhos.

13.3. Reunião inicial

13.3.1. Após a assinatura do Contrato, a Gerência de Monitoramento da Arborização – GMOAR convocará e conduzirá a Reunião inicial de apresentação e alinhamento, nas seguintes condições:

13.3.1.1. apresentar o fiscal nomeado do Contrato e a equipe que fará o acompanhamento da execução dos serviços;

13.3.1.2. repassar aos integrantes da CONTRATADA o escopo detalhado dos trabalhos;

13.3.1.3. promover esclarecimentos sobre os procedimentos e padrões a serem adotados no planejamento, desenvolvimento e acompanhamento dos serviços;

13.3.1.4. entregar a documentação técnica disponível, como estudos, projetos, diagnósticos, levantamentos técnicos e bibliográficos, entre outros; e

13.3.1.5. repassar à CONTRATADA as informações necessárias para a elaboração de cronograma detalhado de execução que deverá ser apresentado à SMMA no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis após a realização da Reunião inicial.





13.3.2. Ao final do prazo indicado no subitem anterior, a CONTRATADA deverá apresentar proposta de cronograma detalhado de execução das atividades, condizente com as etapas previstas no Termo de Referência. O documento será avaliado e validado pelo CONTRATANTE.

13.4. O CONTRATANTE comunicará à CONTRATADA as orientações necessárias ao desenvolvimento dos serviços referentes às matérias contidas na agenda das reuniões, preferencialmente, no decurso desta ou em prazo estabelecido pela SMMA.

13.5. A CONTRATADA fará exposições complementares e específicas sobre o desenvolvimento dos serviços relativos às etapas previstas, inclusive acerca de suas propostas alternativas para resolução de questões com vistas ao prosseguimento dos trabalhos, bem como solicitará, sempre que necessárias, orientações sobre procedimentos a serem adotados.

13.6. As reuniões deverão ser registradas em atas digitadas, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

13.6.1. data e horário da reunião;

13.6.2. nome completo dos participantes e instituições que representam os convocados e convidados;

13.6.3. anotação dos ausentes que foram convidados ou convocados;

13.6.4. pontos de discussão relacionados à pauta da reunião;

13.6.5. decisões tomadas durante a reunião;

13.6.6. ações resultantes a serem realizadas e etapas seguintes;

13.6.7. relação das pessoas que receberão cópias da ata; e

13.6.8. data e horário das reuniões seguintes.





13.6.9. Os problemas relatados durante as reuniões deverão apresentar um encaminhamento de solução, com o responsável pelo acompanhamento, definição de prazos para entrega, a forma e o motivo da solução proposta.

14. DOS ANEXOS

14.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.1.1. ANEXO I – Modelo de Proposta de Preços Ajustada;

14.2.1. ANEXO II – Lista de Espécies;

14.3.1. ANEXO III – Modelo de Planilha de Georreferenciamento e Relatório Fotográfico de Mudanças Plantadas;

14.4.1 ANEXO IV – Cronograma Físico-Financeiro.

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

15.1. Responsabilidade técnica;

15.1.1. A CONTRATADA será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias, normas federais, estaduais, municipais e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do Contrato, principalmente a legislação indicada neste Termo de Referência e seus anexos.

15.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar responsável técnico pelos serviços.

15.1.3. É de responsabilidade da CONTRATADA a verificação dos dados e possíveis dificuldades inerentes ao desenvolvimento do projeto, os quais não poderão ser considerados, no desenrolar dos trabalhos, como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos.

15.2. Os resíduos provenientes dos trabalhos executados e passíveis de serem utilizados em compostagem poderão, quando determinado pelo SUPERVISOR REGIONAL, serem levados para





locais específicos, conforme orientações da respectiva Secretaria de Administração Regional Municipal.

15.3. Todos os demais resíduos provenientes dos trabalhos executados deverão ser transportados pela CONTRATADA, para o aterro sanitário da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte ou local previamente indicado pelo SUPERVISOR REGIONAL (respeitando a distância do Aterro Sanitário), sendo de responsabilidade da CONTRATADA as autorizações legais que se fizerem necessárias.

15.4. Será de responsabilidade da CONTRATADA o pagamento de transporte e de bota fora referentes a todos os serviços de limpeza executados.

15.5. Os danos causados às redes de água, esgoto, drenagem pluvial, telefonia e energia elétrica, subterrâneas e/ou aéreas, por ações da CONTRATADA, mesmo involuntários e acidentais, serão reparados pelos órgãos competentes e os custos de materiais e mão de obra serão de responsabilidade da CONTRATADA.

16. MATRIZ DE RISCOS

Risco identificado	Parte responsável	Medidas mitigadoras	Impacto esperado
Falta de irrigação por estiagem prolongada	Contratada	Implementação de sistema emergencial de irrigação	Médio
Mortalidade de mudas	Contratada	Manutenção adequada no período de tutela	Médio
Vandalismo ou depredação de mudas	Contratada	Campanha educativa e suporte comunitário	Baixo
Erros na localização geográfica das covas	Contratada	Checagem com GPS e validação pela equipe de supervisão	Baixo
Rejeição de espécies pela comunidade local	Contratada	Prévia sensibilização e distribuição de panfletos informativos	Baixo





Belo Horizonte, 09 de março de 2026.

Marcelo Vilas Boas - BM 326.180-6

Engenheiro Florestal

Responsável pela emissão do Termo de Referência

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Endereço eletrônico (e-mail) para contato:

Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização dos serviços abaixo descritos, relativos à execução de plantios de mudas de árvores e/ou palmeiras em logradouros públicos e



Assinante(s):

MARCELO NUNES VILAS BOAS, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.



demais áreas indicadas pela CONTRATANTE, em conformidade com os critérios técnicos, legais e operacionais estabelecidos pela Deliberação Normativa COMAM nº 69/2010, Anexos Técnicos e orientações específicas da EQUIPE DE SUPERVISÃO da CONTRATANTE, nos termos e condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Validade da proposta: 90 (noventa) dias.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Contratação de empresa especializada para a realização dos serviços de fornecimento, transporte, plantio e manutenção por 6 (seis) meses de mudas arbóreas nativas, conforme especificações deste TR.	3.377	R\$ 710,66	R\$ 2.399.898,82
VALOR GLOBAL:				R\$ 2.399.898,82

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante

ANEXO II



Assinante(s):

MARCELO NUNES VILAS BOAS, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.



LISTA DE ESPÉCIES E RESPECTIVOS QUANTITATIVOS SEGREGADOS POR
CATEGORIA

Nome científico	Nome Popular	Quantidade	Qtd. Categoria I	Qtd. Categoria II
<i>Aspidosperma polyneuron</i>	Peroba-rosa	50	0	50
<i>Calophyllum brasiliensis</i>	Guanandi	50	0	50
<i>Senna occidentalis</i>	Fedegoso	50	0	50
<i>Jacaranda cuspidifolia</i>	Caroba	71	41	30
<i>Calycophyllum spruceanum</i>	Pau-mulato	100	0	100
<i>Cecropia pachystachya</i>	Embaúba	100	0	100
<i>Citharexylum myrianthum</i>	Pau-viola	100	0	100
<i>Eugenia brasiliensis</i>	Grumixama	100	0	100
<i>Peltophorum dubium</i>	Canafístula-amarela	100	50	50
<i>Schinus terebinthifolia</i>	Aroeira-vermelha	100	0	100
<i>Ceiba speciosa</i>	Paineira	105	25	80
<i>Pseudobombax grandiflorum</i>	Embiruçu	120	20	100
<i>Lafoensia pacari</i>	Pacari	123	60	63
<i>Paubrasilia echinata</i>	Pau Brasil	130	70	60
<i>Cenostigma pluviosum</i>	Sibipiruna	145	100	45
<i>Lafoensia glyptocarpa</i>	Dedaleiro	145	70	75
<i>Lophantera lactescens</i>	Lanterneira	145	70	75
<i>Tibouchina granulosa</i>	Quaresmeira	145	70	75
<i>Licania tomentosa</i>	Oiti	161	41	120
<i>Libidibia ferrea</i>	Pau-ferro	166	46	120
<i>Tabebuia chrysotricha</i>	Ipê-amarelo-tabaco-miúdo	180	100	80





<i>Tabebuia heptaphylla</i>	Ipê-roxo	180	100	80
<i>Physocalymma scaberrimum</i>	Pau-de-rosas	191	91	100
<i>Handroanthus chrysotrichus</i>	Ipê-amarelo-tabac o	200	100	100
<i>Tibouchina mutabilis</i>	Manacá da Serra	200	100	100
<i>Tabebuia roseo-alba</i>	Ipê-branco	220	100	120
TOTAIS		3377	1254	2123



ANEXO III

MODELO DE PLANILHA DE GEORREFERENCIAMENTO E RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DE MUDAS PLANTADAS (será disponibilizada em formato digital após assinatura do contrato)

Empresa responsável pelo plantio das árvores:														
Número sequencial que identifica unicamente e um registro na tabela. <u>Preenchimento automático</u> .	Cada muda deverá ser identificada com código individual padronizado conforme feito em campo no formato, XXX### #.	Especificar o Sistema de Referência Espacial:	Tipo de local onde a árvore está plantada. Selecionar uma opção na lista suspensa.	Tipo do logradouro onde se encontra o imóvel mais próximo à árvore. Selecionar uma opção na lista suspensa.	Nome do logradouro onde se encontra o imóvel mais próximo à árvore	Número de endereçamento. Exemplo : 479.	Letra que complementa o número de endereçamento (quando existir)	Indicação de uma referência para localização da árvore. Exemplos: oposto ao número 200, ao lado da banca de jornal etc.	Data em que a árvore foi plantada. Exemplo: 12/08/2025.	Nome científico da Espécie da árvore. Selecionar uma opção na lista suspensa. Obs.: "NID" = Não Identificado.	Nome popular referente à Espécie da árvore. <u>Preechi mento automático</u> a partir da seleção do nome científico. Obs.: "NID" = Não Identificado.	Intervalo em metros referente à classificação da altura total da árvore. Selecionar uma opção na lista suspensa.	Tipo de piso onde a árvore está plantada. Selecionar uma opção na lista suspensa. Obs.: "NID" = Não Identificado.	Tipo de piso onde a árvore está plantada. Selecionar uma opção na lista suspensa. Obs.: "NID" = Não Identificado.



Assinante(s):

MARCELO NUNES VILAS BOAS, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.



		Coordenadas Geográficas (Longitude; Latitude - exemplo: -43.9505973; -19.92026392) ou Coordenadas retangulares (X;Y - exemplo: 609567,938 175121;779 6296.03617972) .							
ID_ARVORE	Código individual	Latitude ou Y	Longitude ou X	LOCAL_PLANTIO	TIPO_LOGRADOURO	NOME_LOGRADOURO	NUMERO_IMÓVEL	LETRA_IMOVEL	LOCAL_REFERENCIA
1									
2									
3									
4									





5									
6									
7									
8									
9									
10									
11									
12									
13									



Assinante(s):

MARCELO NUNES VILAS BOAS, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.

ANEXO IV

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

Ordem de Serviço (OS)	Previsão de Emissão da OS	Quantidade de Mudas	Valor da OS (R\$)	Previsão de Execução do Plantio	Previsão de Aceite Provisório (40%)	Previsão de Término da Manutenção (6 meses)	Previsão de Aceite Definitivo (60%)
OS 01	out./2025	845	R\$ 600.507,70	abr./2026	abr./2026	out./2026	nov./2026
OS 02	nov./2025	844	R\$ 599.797,04	mai./2026	mai./2026	nov./2026	dez./2026
OS 03	dez./2025	844	R\$ 599.797,04	jun./2026	jun./2026	dez./2026	jan./2027
OS 04	jan./2026	844	R\$ 599.797,04	jul./2026	jul./2026	jan./2026	fev./2027
TOTAL	-	3.377	R\$2.399.898,82	-	-	-	-



João Paulo Menna Barreto de Castro Ferreira - BM 327.328 - 6

Secretário de Meio Ambiente – SMMA

Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA

Sirely Dimitrius Borges Chaves – BM 327.970 - 5

Subsecretário de Gestão Ambiental e do Clima - SUCLIM

Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA

Marcelo Nunes Vilas Boas - BM 326.180 - 6

Gerente de Monitoramento da Arborização

Subsecretaria de Gestão Ambiental e do Clima - SUCLIM

Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA



ANEXO V
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO
CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE
BELO HORIZONTE, POR INTERMÉDIO
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO
AMBIENTE E A EMPRESA
.....

O Município de Belo Horizonte, inscrito no CNPJ sob o nº 18.715.383/0001-40, por intermédio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com sede na Av. Afonso Pena nº342, Centro, na cidade de Belo Horizonte/MG, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente. João Paulo Menna Barreto de Castro Ferreira, nomeado(a) pelo Ato nº 728/2025, publicado no DOM de 10 de maio de 2025, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa inscrita no CNPJ sob o nº, sediada na, na cidade de/....., neste ato representada por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, doravante denominado CONTRATADO, tendo em vista o que consta no procedimento nº e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos Decretos Municipais nºs 18.096/2022 e 18.324/2023 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a prestação de serviço de aquisição, fornecimento, transporte, plantio e manutenção de mudas arbóreas em áreas públicas do município de Belo Horizonte, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO LICITANTE] (doravante denominado [Licitante]), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta foi elaborada de maneira independente e que seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante do Município antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Declaramos, sob as penas da lei, que a licitante _____ é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, na condição de _____ considerando os valores da receita bruta e o atendimento aos requisitos previstos na Lei supracitada e que no ano-calendário de realização da licitação, a licitante não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como beneficiário da Lei Complementar 123/2006.

Atestamos para os devidos fins, que a licitante não se encontra enquadrada em nenhuma das hipóteses, que veda a concessão do tratamento jurídico diferenciado, previstas nos incisos I a XI do § 4º do art. 3º da Lei nº 123/2006:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações.
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

Possuímos ciência da nossa obrigação de comunicar ao Município de Belo Horizonte quaisquer fatos supervenientes que alterem a situação de nossa empresa.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DA LEI ORGÂNICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Declaro, para os devidos fins, que os trabalhadores da (Razão Social do Licitante) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no _____ (endereço completo) _____, envolvidos na execução do objeto da licitação mencionada acima não incorrem nas proibições previstas no artigo 49-B da Lei Orgânica deste Município, in verbis:

Art. 49-B - Não poderão prestar serviço a órgãos e entidades do Município os trabalhadores das empresas contratadas declarados inelegíveis em resultado de decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado relativa a, pelo menos, uma das seguintes situações:

Art. 49-B acrescentado pela Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 14/09/2011 (Art. 2º)

I - representação contra sua pessoa julgada procedente pela Justiça Eleitoral em processo de abuso do poder econômico ou político;

II - condenação por crimes contra a economia popular, a fê pública, a administração pública ou o patrimônio público.

Parágrafo único - Ficam as empresas a que se refere o caput deste artigo obrigadas a apresentar ao contratante, antes do início da execução do contrato, declaração de que os trabalhadores que prestarão serviço ao Município não incorrem nas proibições de que trata este artigo. (NR)

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da adjudicatária

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado **até a vigência máxima de 10 anos**, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço continuado.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado.

2.1.2. A prorrogação deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E DA GESTÃO CONTRATUAL

3.1. O modelo de execução, bem como as regras de gestão contratual constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras referentes à subcontratação estão estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO/MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

6.1. O recebimento/medição, liquidação, prazo e forma de pagamento serão efetuados conforme regras estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__.

7.2. Após o interregno de um ano, mediante pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, com a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.4.1. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste poderá ser realizado por termo aditivo ou por simples apostila.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. As obrigações do Contratado e do Contratante estão estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A prática de atos ilícitos sujeita o Contratado à aplicação das seguintes sanções administrativas, na forma do Decreto nº 18.096/2021:

9.1.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.1.2. multas nos seguintes percentuais:

a) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega-de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente;

a.1. a multa moratória poderá ser aplicada mesmo nas hipóteses em que ocorrer a aceitação da prorrogação do prazo de entrega.

b) multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, nos termos do art. 10 do Decreto Municipal nº 18.096/2022;

c) multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

d) multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das infrações administrativas previstas no art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022.

9.1.2.1. As multas previstas acima serão fixadas considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.

9.1.3. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022, bem como nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no subitem acima.

9.2. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Diretor competente.

9.3. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Subsecretário Municipal ou ocupante de cargo equivalente, nos demais órgãos e entidades da administração direta ou indireta.

9.4. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário ou autoridade máxima da entidade, nos demais órgãos e entidades da administração direta ou indireta.

9.5. A notificada poderá apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será:

- a) o primeiro dia após a confirmação do recebimento da notificação por e-mail;
- b) o primeiro dia após a juntada ao processo do Aviso de Recebimento da correspondência em que a notificação foi enviada;
- c) o primeiro dia após o fim do prazo indicado no § 3º do art. 44 do Decreto Municipal nº 18.096/2022, quando a notificação for publicada no DOM.

9.6. No caso de aplicação das penalidades de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar será concedido prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de recurso a contar da publicação da decisão condenatória no DOM.

9.7. Da aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da publicação da decisão no DOM.

9.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.8.1. A multa moratória também poderá ser aplicada cumulativamente com as demais multas previstas.

9.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

9.9.1. A multa inadimplida poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido pelo Contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração municipal.

9.10. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA POLÍTICA E AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE

10.1. Objetivando afirmar a aderência do Contratado aos padrões éticos e de integridade, exigidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:

10.1.1. O Contratado se compromete a conhecer e observar as diretrizes da política de integridade adotada pela administração municipal, nos termos do Decreto nº 18.337/2023.

10.1.2. O Contratado se compromete a se orientar pelos princípios do Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração, insertos no Decreto nº 14.635/2011; atentando-se para a aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/2013.

10.1.3. O Contratado fica ciente de que é vedada a contratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na

fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

10.1.4. O contratado deverá assegurar que seus colaboradores, empregados, subcontratados e agentes estejam cientes e cumpram as referidas diretrizes durante a execução do contrato.

10.1.5. O descumprimento de quaisquer das diretrizes mencionadas poderá acarretar a aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

10.1.6. O Contratado fica ciente de que deverá se submeter, nos termos da Lei nº 11.557/2023, à avaliação de integridade nas seguintes situações:

I – na celebração de aditivo contratual, considerando a validade prevista no § 2º do art. 2º da Lei nº 11.557/2023;

II - a qualquer tempo durante a vigência da relação contratual, a critério da administração municipal, em especial no caso de denúncia ou quando constatada alteração relevante das informações prestadas ou declaradas pela empresa.

10.1.6.1. A avaliação será realizada mediante o preenchimento do Formulário de Due Diligence, nos termos do modelo disponibilizado no “link” <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/controladoria/2024/formulario-due-diligence.pdf>, cujo resultado gerará o Relatório de Avaliação de Integridade – RAI.

10.1.6.2. O Contratado deverá possuir conta google para a viabilização do preenchimento do Formulário de Due Diligence.

10.1.6.3. Nos procedimentos de avaliação de integridade será observado o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, obedecidas as condicionantes legais.

11.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes do presente Contrato serão acobertadas pela(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CCG: 2500.1100.18.541.0307.2912.0016.339039-99.1.500.000.0000

SOF: 2500.001200006.18.541.0307.2912.0016.339039-99.1.500.000.0000

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1. O presente contrato será garantido por meio de, no valor de R\$....., equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, conforme regras estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

14.1. O Contratado obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

14.2. O Contratado obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

14.3. O Contratado deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

14.4. O Contratado não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

14.5. O Contratado não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

14.5.1 O Contratado obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

14.6. O Contratado fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

14.6.1. Ao Contratado não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

14.6.1.1. O Contratado deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

14.7. O Contratado deverá notificar, imediatamente, o Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

14.7.1. A notificação não eximirá o Contratado das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

14.7.2. O Contratado que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por

todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

14.8. O Contratado fica obrigado a manter preposto para comunicação com o Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

14.9. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre o Contratado e o Contratante, bem como, entre o Contratado e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

14.10. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará o Contratado a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis, Decretos Municipais nºs 18.096/2022, 17.813/2022 e 18.324/2023, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O Contratado é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes Contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

16.5. Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais, ou alteração conceitual dos projetos.

16.5.1. Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.

16.5.2. Não constitui alteração contratual vedada o reajuste de preços previsto contratualmente.

16.5.3. Excetua-se da regra o ato autorizativo exarado, prévia e expressamente pelo titular da Secretaria ou da Entidade em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. A publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial do Município – DOM e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) correrá por conta do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS ANEXOS

18.1. Vinculam ao presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital da Licitação, a proposta da Contratada, bem como eventuais anexos dos documentos supracitados, e integram o presente instrumento os seguintes Anexos:

a) Anexo I - Especificação e Quantidade do Objeto

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste contrato será o da Comarca de Belo Horizonte.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Belo Horizonte, de..... de 2026.

Secretário Municipal de Meio Ambiente

Representante legal do Contratado

ANEXO I

ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DO OBJETO

ITEM/GRUPO/LOTE N°.....

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR GLOBAL/ TOTAL
01					
VALOR GLOBAL:					
..... reais e centavos.					

Nota Explicativa – Preencher conforme o objeto contratado.